

Pauta: Os direitos dos trabalhadores de entrega por aplicativos e as condições de trabalho no município de Porto Alegre

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): (10h05min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB. Nós vamos compor uma Mesa, vamos fazer uma reunião bem objetiva, mas todo o mundo vai ter o tempo necessário para falar, porque nós temos ata da reunião e temos como objetivo sempre fazer um bom encaminhamento ao final. Queria convidar para compor a Mesa os Srs. Cirilo Faé e o Carlos Pires, da EPTC, uma satisfação tê-los aqui, já incomodei vocês bastante; o Sr. Marcel Leite Moraes, comandante da central de operações da Guarda Municipal; os Srs. Edison Luciano, da MotoPontual Cooperativa de Motoqueiros, e uma representação, vocês escolhem, dos motobóis de aplicativos, uma representação; Emerson Motinha, Lucas Pomarolla, Michel Charão. Alguém pode vir à Mesa? Por último, mas não menos importante, meu amigo Valter Ferreira, presidente do Sindimoto, nem vou dizer há quantos anos gente já se conhece. O pedido para esta reunião era que nós discutíssemos os direitos dos trabalhadores de entrega por aplicativos e as condições de trabalho no município de Porto Alegre. Nós sabemos das dificuldades por que passa essa categoria profissional. Eu falo categoria profissional, porque esse é o termo mais adequado, independentemente da legislação em vigor no País, no Estado e no Município. Vocês sabem que muitas profissões existem, não são necessariamente regulamentadas, e a grande discussão sobre os trabalhadores em aplicativos é a questão da relação de trabalho. Outros falam da relação de emprego, mas, na verdade, nós estamos falando genericamente de relação de trabalho. Eu queria imediatamente começar, eu penso que cinco minutos é um tempo razoável para uma primeira abordagem. Eu pergunto se começamos com a administração, ou começamos com os demandantes, Carlos, você poderia me dar uma ideia?

SR. CARLOS PIRES: Bom dia, vereador, bom dia a todos; até porque é uma proposição deles mesmos, eu acho que tem que iniciar pela representação dos motociclistas, dos frentistas, e depois, no que nos couber, a gente responde.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Pode ser. Passo a palavra para o Sr. Emerson dos Santos.

SR. EMERSON CHAVES DOS SANTOS: Bom dia a todos, eu sou mais conhecido como Motinha. Nós colocamos a proposição da obrigatoriedade de os entregadores subirem aos apartamentos, porque, como todo o mundo sabe, foi um clamor da categoria em todos os cantos de Porto Alegre. Hoje a gente sabe que não é só em Porto Alegre, tem outras cidades que a gente vê, Viamão e outras cidades aí, Canoas, que têm esse mesmo abuso que todos nós temos em Porto Alegre. A grande maioria dos clientes são clientes que conhecem a nossa realidade, sabem o que nós todos vivemos no trânsito, sabem toda a dinâmica já do motobói, nós temos os maus clientes, nós temos aqueles que, infelizmente, descem achando que eles são um delegado da polícia federal do condomínio deles e, pelo simples fato quando o motobói se recusa a subir, eles já descem enfurecidos, achando que todos nós somos obrigados a subir no apartamento. Então se criou a ideia de ter uma desobrigação. A gente sabe que tem pessoas que a gente tem que amparar, que são idosos, gestantes, deficientes físicos, visuais, mas a gente sabe que a grande maioria são pessoas saudáveis que planejam a sua entrega com antecedência muitas vezes. A gente entende que esse projeto, caso ele seja aprovado, ele é para os maus clientes, ele é para aquele cara que se acha mais do que todos nós, ele acha que nós somos obrigados a ser o garçom dele. Então, a gente entendeu que, quando esse projeto for aprovado, outros fatores também vão favorecer não só o motobói, com suas entregas, mas também toda a cadeia produtiva. Para vocês terem uma ideia, a gente tem um prédio aqui em Porto Alegre, que a gente enfatizou, que é o nº 1.515 da Av. Bento Gonçalves, são seis torres lá. Essas torres, nós levamos, no mínimo, de 5 a 6 minutos, só para nos identificarmos. Se forem as torres de

trás, nós temos que subir até o terceiro andar, ir caminhando até a outra torre e subir até o 10º, 14º, 15º andar. Isso leva, no mínimo, 15 minutos para subir. Depois tem a descida, que é mais ou menos a mesma quantidade de tempo. O cliente só desce, a gente avisa na portaria e só desce, esse tempo de identificação é o tempo que o porteiro vai avisar o cliente, então ele só desce. Esses 15 minutos que vão sobrar vão ser dentro da cadeia dos restaurantes, porque muitas vezes a gente chega e tem uma quantidade absurda de pedidos parados porque o motobói está preso, muitas vezes, nessa dinâmica. Então, todo mundo vai ganhar com esse projeto, o restaurante vai ter uma vazão muito maior dos pedidos, os motobóis vão ter a dinâmica ali de entregar e já ir para segunda entrega, ou, muitas vezes, já ir para o próximo pedido. Quem trabalha com cooperativa, quem trabalha com um restaurante direto, também vai facilitar o trabalho. Então, tudo vai ser mais rápido e todo mundo vai ganhar. E o melhor de tudo é que o cliente aquele, o abusado, aquele cliente que se acha mais do que a gente na rua, nós vamos colocar um freio nele, vocês entendem? É um freio para ele dizer: “Bom até aqui eu posso ir. Ele é um trabalhador como todos os outros, merece respeito”. E eu falo muito que é uma categoria que salvou a economia nacionalmente, enquanto muita gente estava em casa preocupado, o motobói, a grande maioria, estava trabalhando, estava na rua, estava na batalha. Muitos precisam do trabalho, e a gente estava fazendo toda a cadeia produtiva no geral; hoje o motobói entrega de tudo, não só o motobói como o entregador que faz de carro, de bicicleta.

O último quesito é a segurança da nossa ferramenta de trabalho. A gente deixa na rua, não tem um lugar dentro de condomínio ou seguro, na rua, para a gente deixar. E a moto, quando a gente sai de perto, ela fica muito mais suscetível a alguém esbarrar, dar uma ré, e tu não vais saber, porque o porteiro que está na rua ele não vai, com certeza, ele não vai lá fora ver a nossa ferramenta de trabalho. Então, é muito mais difícil roubarem, levarem a nossa ferramenta de trabalho se a gente estiver próximo dela. Então, visto todos esses fatores que eu falei, é nítido que todo mundo vai ganhar com isso.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Eu te agradeço por tua explanação bem clara e objetiva. O Sr. Edison Luciano, Vice-presidente do Moto Pontual – Cooperativa de Motoqueiros, está com a palavra.

SR. EDISON LUCIANO ROXO: Referente à situação explanada pelo Motinha, a Moto Pontual vai cumprir a lei desde que se torne lei. Nós orientamos os nossos motoqueiros que, sempre que solicitado pelo cliente, suba, mas, se o cliente der essa opção, que ele venha até o motobói. Para mim, é muito mais rápido o cliente vir ao motobói do que o motobói ir ao cliente. Concordo com a situação de a moto ficar na rua, já tive prejuízo com isso, já tive motobói roubado, já tive baú arrombado na frente de condomínios; sofro com a Av. Bento Gonçalves, 1.515, com os meus entregadores; a Av. Ecoville também tem um condomínio lá que são três quilômetros de casas, e, quando tem que entrar, é um parto. Mas a Moto Pontual não pode fazer com que o nosso restaurante impeça... Então, se tornar-se uma lei, os nossos motobóis vão cumpri-la, com toda a certeza, mas eu não tenho como desobrigar, porque hoje os restaurantes nos exigem que se faça isso quando solicitado. Então, na própria categoria, às vezes, tem o bom e o mau motoqueiro, o bom e o mau profissional. Eu já tive reclamações de clientes que são cadeirantes, que são idosos, que foram maltratados. Eu tive uma reclamação de um cliente, inclusive, que tinha perdido um bebê naquele dia, e um familiar mandou uma pizza que ele não estava nem esperando e foi maltratado, dizendo: “Mas tu és saudável, por que não desceste?” Então, existe o bom e o mau profissional.

A gente, como cooperativa, orienta o nosso motobói a prestar um serviço de qualidade, mostrando para ele que ele tem que ter empatia, que ele é o ponto final do restaurante, e coloca na cabeça do restaurante que tem que se adequar. Se for uma diretriz de Porto Alegre que não se vai subir em condomínio, nesses casos, a gente vai acatar com toda a certeza. Obrigado.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Nós que agradecemos. Vou passar a palavra agora para o presidente do Sindimoto, Valter Ferreira, para as suas primeiras considerações.

SR. VALTER FERREIRA DA SILVA: Bom dia a todos, bom dia Ver. Adeli, prazer enorme revê-lo nesta Casa. Esta Casa perdeu muito na sua ausência, mas ainda há tempo de se construir. Quero cumprimentar o Carlos da EPTC, toda a direção, o colega Moraes, da Guarda Municipal...

(Manifestação fora do microfone.)

SR. VALTER FERREIRA DA SILVA: Nós não somos duas categorias, nós somos uma categoria só. Usamos o mesmo veículo: duas rodas. A Lei nº 12.009 não é para quem é celetista, não é para quem é autônomo, não é para quem entrega gás, é para todos.

As leis existentes não são como um guarda-chuva de praia, que só protege aquele que está debaixo, são para todos cumprirem. E, nesse viés de acabar com essa celeuma, o Sindimoto ingressou na justiça por entender que era um caminho rápido e viável por uma simples razão: todos nós aqui sabemos, e quem não sabe terá esse conhecimento agora, os condomínios são regidos por uma lei federal, Código Civil, no seu art. 1.345, onde dá competência aos moradores, em assembleia geral, decidir tudo o que se refere ao condomínio, inclusive nesse quesito que nós estamos discutindo.

Infelizmente, na nossa proposta judicial, a decisão judicial se pautou nesse quesito, o condomínio, de qualquer natureza, está protegido pelo Código Civil. Depois dessa perda, a gente vem acompanhando tudo o que acontece em Porto Alegre e no Brasil, porque a situação não é diferente em todo o Brasil, nos 5.600 municípios não é diferente.

E nós tomamos conhecimento desse projeto, dessa proposta que nós discutimos hoje, que nasceu lá em Alvorada, por uma proposta do motociclista Alencar, ao falar com o vereador desta Casa – até pensei que ele estaria presente para a

gente cumprimentá-lo pela proposta. Depois, todos foram aderindo a essa proposta, quando alguém cria uma proposta e os outros vão aderindo, ela deixa de ser de um, ela é de todos.

Na nossa opinião, não existe pai da criança, existe todos que poderão usufruir daquela proposta de forma benéfica, e, acima de tudo, aqueles que a gente atende. Isto posto, o Sindimoto vem trabalhando num viés um pouco diferente, porque nós temos a preocupação de essa lei ser aprovada no âmbito municipal e ela sofrer uma ADIn. Sofrendo uma ADIn, a gente volta à estaca zero, ao *status quo*, teremos que recomeçar tudo de novo. Essa é a preocupação que o Sindimoto tem, mas, quem vai fazer as previsões dos anos seguintes são os videntes, eu não sou vidente, de repente ela pode prevalecer. Mas, de antemão, a gente já vê que afronta uma lei federal. Qual é o pensamento que o Sindimoto tem nesse quesito? A gente vem discutindo com a classe trabalhadora. Como tu disseste, meu colega Edison, tem colega que participa da assembleia, tem colega que não participa, tem colega que busca informação, tem colega que não busca. E qual é a proposta do Sindimoto? Nos termos do art. 457, implementar a gorjeta. O grande problema disso tudo é que o motociclista, quando chega na porta do condomínio, não ganha para entrar. Então, eu vou fazer uma explanação agora, vereador, para o senhor entender bem qual é o nosso foco. Quando eu trabalhava na rua, o valor da entrega era meu, todo meu. O que aconteceu ao longo desses anos? Por desinformação da categoria; e nós tentamos, de todas as formas, informá-la com a parceria da EPTC, com o Detran, com esta Casa. Não é, Ver.^a Biga? Nós tentamos, mas infelizmente não conseguimos atingir... Porque nós respondemos pelo Estado todo. Em Porto Alegre, eu tive uma surpresa numa pesquisa, eu pensava que era 45 mil, falaram em 75 mil profissionais, a não ser que estejam colocando a região metropolitana. Nós sabemos que no Estado tem 450 mil. Ontem mesmo eu estava em Caxias fazendo meu trabalho de fiscalização. Alguns colegas dizem que não me veem na rua. Claro que não veem, se eu estou lá em Caxias, eu não estou aqui. O que acontece? Prestem bem atenção, para eu encerrar aqui a minha fala em seguida. O Valter tem uma pizzaria, o Ver. Adeli Sell me liga perguntando: “Quanto é tua

pizza?” Cinquenta reais. “Quanto é a entrega?” Dez reais. “Beleza, pode me mandar.” Quando o motociclista vai tratar o serviço com a pizzaria ou com qualquer que seja, o dono da pizzaria ou qualquer outro diz: “A entrega que eu te pago é R\$ 6,00.” Só que ele cobra R\$ 10,00. O Adeli Sell, que me ligou, está pagando os R\$ 10,00 para eu entregar na porta dele, na cabeça dele ele vai entender isso, vai pensar isso. “Bom, se eu estou pagando, vai vir até aqui.” Só que, não é repassado ao motociclista todo o valor da entrega, todo percentual que tem que ser dele. Porque o comércio, os estabelecimentos que utilizam os nossos serviços, já vivem do lucro dos produtos deles. Eles não podem adentrar no nosso; é onde cria toda essa celeuma, vereador. O que aconteceu recentemente? Quero cumprimentar o Dr. Felipe, representando a Federação Nacional dos Motociclistas; e também o nosso colega Augusto, um guerreiro que está sempre procurando informações, por isso anda bem informado, e isso é importante. Então, o que aconteceu, vereador? Nesses 120 dias que eu fiquei em Brasília, porque até tem colega que diz que eu estou sempre andando de avião, ando, eu não vou a Brasília a pé, só que eu vou representar o trabalhador, e provo isso. Eu vou dizer que eu fiquei lá 120 dias discutindo as regras dos aplicativos, e vai vir regras novas. Com os demais colegas de todo o Brasil, nós estávamos discutindo essa questão do art. 457, a gorjeta. E para nossa surpresa, agora, há 15 dias, houve um projeto aprovado no Estado da Paraíba, pela Assembleia Legislativa de lá, que dá esse direito ao motociclista. Inclusive, amanhã, já anuncio aqui, às 16 horas, nós teremos uma reunião na Assembleia Legislativa para discutir esse assunto, essa questão em nível estadual também, porque nós não falamos só nos motociclistas de Porto Alegre, a gente fala nos motociclistas do Estado do Rio Grande do Sul.

Então essa celeuma, Carlos, vereadores, Ver.^a Biga e Ver. Adeli, essa celeuma vai acabar quando responsabilizarmos, não é um motociclista que está enxovalhado de multas, de autuações. Sabe por que que ele está enxovalhado de autuações? Não é porque ele comete crime, não é porque ele quer fazer a coisa errada. Porque o dono da pizzaria diz assim: “Quem me ligou foi a Ver.^a Biga, você vai lá voando.” As motos ainda não têm asas. Existe um componente

que a gente está deixando de fora, e o dia que isso acontecer, não digo aqui, não estou sendo arrogante de dizer que eu sou o cara, que sou conhecedor e sou o senhor de todas as coisas. Mas o dia que a gente incluir o tomador de serviço nessa responsabilidade, essa celeuma acaba. O dia que sair na notinha dele, que ele for fazer a entrega lá na Avenida Bento Gonçalves nº 1515, se a entrega for R\$ 15,00 e ele ganhar esses R\$ 15,00, porque o cliente lá da 1515 está pagando os R\$ 15,00, entendendo que vai entregar na porta dele. Porque quem decide o valor dos motociclistas que estão aqui, não é um motociclista; é o dono do restaurante. Então, onde está a figura do autônomo aí, que não tem poder para decidir o valor da sua entrega? Onde está o celetista que, às vezes, ele é terceirizado? E aquele terceirizado que, para não perder o serviço, acaba reduzindo o valor para poder ter aquele cliente. E quem é que sofre essa consequência aí? É o motociclista.

Nós temos uma gama muito alta de trabalhadores que estão com os documentos da moto atrasados. As motos com o tempo se desgastam. Hoje, como profissional, eu chamo atenção desta Casa, olhem para a gente, porque a gente está sendo, de certa forma, entre aspas, a escória da sociedade, porque tudo quanto é coisa de ruim o motociclista é o responsável, é o culpado. E eu não tenho dificuldade de falar, seja o agente de trânsito, seja a pessoa da Brigada, seja aquele que está na residência esperando a comida, qualquer que seja. O saco de pancada para quem quer fazer um esporte físico é o motociclista.

Então, senhores, eu vou deixar para o Carlos falar, mas a gente já vem negociando com a EPTC, e eu peço aqui aos senhores desta Casa, vereador, peço aos senhores, não queiram fazer regras para os motociclistas porque a gente já tem bastante, a Lei nº 12.009, a Lei 12.436, são os 348 artigos do CTB, sem contar as resoluções. O que nós precisamos é trazer, para esse debate, a representatividade que não está aqui nesta Mesa, dos bares e restaurantes, porque são esses os provocadores de acidentes de morte, de necessidade das famílias, que muitos desses pais saem de manhã para trabalhar e não sabem se voltam. Então, é nesse sentido que eu venho pedir regra, e espero que, se esse projeto se for aprovado e tenha o nosso apoio desde o nascedouro dele, ele não

sofra uma ADIn, mas será mais uma vez uma punição para o motociclista de certa forma, deixando de fora aquele que quer dar valor no nosso trabalho, aquele que quer decidir pelo que eu tenho que fazer, que hora que eu tenho que fazer e de que forma que eu tenho que fazer. Muito obrigado.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Eu que agradeço. Vou perguntar se é possível os demandantes terem um representante na Mesa, porque chegaram os vereadores. Mas é importante, depois eu dou a palavra para quem não falou ainda. Registro a presença do Ver. Jessé Sangalli, Ver.^a Biga Pereira. Imediatamente vou passar para a representação da EPTC. O Sr. Carlos Pires está com a palavra.

SR. CARLOS PIRES: Bom dia, Ver. Adeli Sell, Ver. Jessé Sangalli, Ver.^a Biga Pereira. Na verdade, a gente tem acompanhado toda essa movimentação em relação aos valores e à legislação que está passando na Câmara aqui para que seja aprovada, ou não. Eu concordo plenamente com o Valter, eu acho que a gente tem que ter muito cuidado quando se votar essa legislação, porque ela fere diretamente uma legislação federal que já existe e que dá a regulamentação aos condomínios de fazerem as suas regras e as suas assembleias internas. Eu não tenho dúvidas, Valter, que, passando aqui, a ADIn virá. E alguns condomínios vão se sentir prejudicados e vão ajuizar, e aí talvez a gente não consiga resolver esse grande problema que tu relatas. E também não tenho dúvida nenhuma que, realmente, falta alguém aqui na Mesa, falta o sindicato que representa os bares e restaurantes – Sindha, talvez não tenha sido convidado, não sei, mas, enfim, falta ele aqui. Como tu mesmo disseste e todos os colegas motociclistas dizem, os preços são ajustados pelo proprietário do restaurante, ou seja, o motociclista não tem sequer o direito de dizer quanto vale o trabalho dele, e aí acaba acontecendo isso. Como o próprio Valter diz, a maioria dos restaurantes e bares cobra valor “x” daquela pessoa que está aguardando a sua mercadoria, e acaba repassando outro ao motociclista, então me parece, vereador, não tem dúvida nenhuma, acho que falta alguém na Mesa, e essa

entidade tem também que ser ouvida para também explicar o que ela pensa dessa relação.

Em relação à EPTC, nós viemos trabalhando desde a gestão do presidente Pedro, diretamente com o Sindimoto e com o sindicato patronal, para que a gente faça todo um todo um trabalho de regulamentação novamente; a lei já existe, nós precisamos revigorá-la e mudá-la em alguns momentos para que realmente o motofretista seja reconhecido como motofretista, e aí vai tudo que a legislação necessita, e a gente tem trabalhado diretamente nisso. Uma das coisas que era uma das grandes reclamações que existia por parte dos dois sindicatos, nós já temos decretos, já está funcionando, que é o estacionamento das motos nas áreas azuis da cidade. Ajustamos com os dois sindicatos que os pedidos dessas áreas virão deles mesmos, ou seja, eles vão indicar para a EPTC onde é necessário que a gente loque essas placas, cada entrega dessa, ou seja, cada motociclista vai ter meia hora de isenção na área azul, e como eles mesmos dizem, a partir de meia hora já não é mais uma entrega, daí já é uma carga e descarga. Então a gente trabalha, sim, nisso, trabalhamos fortemente, e em breve, muito em breve, a gente vai ter tudo isso regulamentado. Somos parceiros, sim, acho que devemos ter numa próxima reunião aqui o Sindha, para falar exatamente do que o Valter acabou de dizer aqui, que é acertar os valores que o motociclista tem que receber pelo seu trabalho. Obrigado, vereador.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Eu que agradeço, Carlos. Essa proposição de chamar o Sindha e outras entidades, acho que já poderia ser anotada pela comissão – eu não sei quem vai presidir esta comissão no ano que vem, mas o pessoal aqui, que é servidor da comissão, deixa anotado –, eu acho que eu permaneço nesta comissão pelo que eu vejo, aí depois a gente trata de dar continuidade a esse processo. Talvez já fosse importante que vocês nos mandassem também esses locais amplos de estacionamento de motos, como eu vejo que temos ali na rua da ladeira, um pequeno estacionamento na Rua Gen. Andrade Neves, porque a rua não tem escritório, enfim, que depois eu já

passaria para o setor de comunicação da Câmara e a gente faz também uma divulgação desses espaços.

SR. CARLOS PIRES: Na verdade, vereador, até mesmo por pedido dos dois sindicatos, até para que isso não seja multiplicado, nós vamos atender exatamente nas áreas que forem de interesse dos dois sindicatos; tanto o patronal quanto o dos trabalhadores vão indicar para a EPTC quais são os locais. Hoje nós temos ali na Av. Osvaldo Aranha, no cartório, que é um local de muita demanda, já está regulamentada; nós temos na própria Rua Gen. Andrade Neves, que também está regulamentada; e aquela grande área de frete lá na Rua Gen. Câmara, entre a Rua Sete de Setembro e a Rua dos Andradas, que era um pedido de muitos anos dos indicados, que a gente fizesse uma área específica para moto ali, para que pudessem fazer a entrega na região do centro. Então, os locais que vão ser liberados de agora em diante, nós estamos aguardando que os dois sindicatos nos indiquem para que a gente possa atender o maior número de motofretista possível, e nada melhor do que as duas entidades que representam a categoria nos informe onde é necessário para eles, sempre realçando que a primeira meia hora não é cobrada, só vai ser cobrada a partir da meia hora inicial. Ou seja, o trabalho de entregar e voltar em meia hora possivelmente se faz; aí não vai ter valor nenhum a pagar, mas isso tá dentro da regulamentação...

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): No Mercado Público não está regulamentado ainda?

SR. CARLOS PIRES: Nós não recebemos o pedido ainda, nós estamos aguardando o pedido das duas entidades para ver onde eles acham que deva ter essa...

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Perfeito. O Sr. Cirilo Faé, da EPTC, está com a palavra.

SR. CIRILO FAÉ: Bom dia a todos; Ver. Adeli, que representa nesse momento aqui a CUTHAB, Ver.^a Abigail, Ver. Jessé, demais representantes, senhores, senhoras, vou ser breve. Na realidade, a Casa aqui é bem qualificada para buscar essas alternativas; o sindicato, juntamente com o representante dos motociclistas, nada mais justo do que isso, porque, se analisarmos, qualquer entrega hoje é feita pelos motociclistas; então, eu creio, sim; há uma necessidade, sim, há um PLL avançando, necessário, justo, passa por aqueles ajustes, que nem o Valter falou, no sentido assim de não se tornar uma ADIn; muitas vezes tem que ter esse cuidado apenas para que vocês consigam a garantia desse direito, como um cidadão comum, acho muito legítimo. Basicamente é isso; a EPC está à disposição, só reforçando que o diretor Carlos falou, já estamos avançados, sim, com o sindicato patronal e o sindicato dos motociclistas, sobre a ampliação das vagas hoje para carga e descarga, principalmente motofrete, Ver. Adeli, na cidade. Obviamente que tem todo um estudo técnico, por parte da EPTC, mas inicialmente posso adiantar para vocês que, onde existe hoje Área Azul, iniciaremos por ali – serão destinadas vagas para motofrete. Então, acredito que isso é um grande avanço para categoria, necessário. Afinal de contas, hoje tudo se dá praticamente, na questão de transporte, principalmente de objetos menores, através da moto. Então, a gente tem um olhar bem focado para isso. Basicamente só queria dar esse reforço; a gente fica à disposição. Obrigado.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Perfeito. O Sr. Carlos Pires está com a palavra.

SR. CARLOS PIRES: Até mesmo, como é uma notícia pública, já está divulgado isso, já saiu na imprensa, e nós não temos nada para esconder, eu reafirmo aqui que a EPTC está somente aguardando a liberação da Secretaria Nacional de Trânsito – Senatran para que a gente consiga fazer, como São Paulo fez, reduzindo a estatística de mortes a zero, onde tem Faixa Azul, para moto. Nós não podemos implantá-las ainda porque ainda não recebemos a liberação

experimental; até, vereador, sendo hoje o governo federal, representado pelo seu partido, a gente pede, já que esse pedido já está lá – só precisamos que a Senatran nos dê a liberação para gente, assim como São Paulo fez, criar a Faixa Azul para motos na cidade, nas vias que forem possíveis, a gente executá-las, como São Paulo fez em experiência, depois comprovando que ela realmente faz com que os acidentes reduzam, que a gente consiga implantar na cidade inteira. Se o senhor puder nos ajudar, ajudar a categoria, para que Porto Alegre receba essa liberação, eu acho que todos nós vamos lhe agradecer. Obrigado!

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Eu agradeço; nós vamos fazer sim. Eu estou com o Francisco Torma aqui, que foi secretário da SMOV, você lembra dele. Nós vamos depois formatar esse pedido.. Vou passar a palavra para o Marcel Leite Moraes, comandante da central de operações da nossa Guarda Municipal.

SR. MARCEL LEITE MORAES: Bom dia a todos, bom dia Ver.^a Abigail, Ver. Jessé, Ver. Adeli; ao cumprimentá-los, cumprimento a todos aqui presentes, a todos da Mesa. Como trabalhador, eu entendo a preocupação do sindicato dos entregadores em relação ao tempo das entregas, conheço o condomínio da Av. Bento Gonçalves, nº 1515, sei que realmente ele é enorme – não vou me estender aqui. Como motociclista, eu entendo o anseio e a insegurança sobre os veículos de vocês que ficam à mercê nesses momentos e digo que a Guarda Municipal se coloca à disposição, junto ao sindicato, para promover uma sensação de segurança aos entregadores, por meio do cercamento eletrônico quando tiver algum problema com seus veículos.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Obrigado, Marcel. Eu queria disponibilizar a palavra à Abigail e ao Jessé. Abigail Pereira, vereadora.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Bom dia a todos e a todas, eu peço licença para não fazer os vocativos nominais para a gente ganhar tempo. Eu quero dizer que eu tenho bastante intimidade com esse tema. Há muito, nós nos

aproximamos desse debate da uberização, desde o seu surgimento, e a gente costuma dizer que a maior empresa de automóvel do mundo não tem um carro sequer; o maior é sistema de hospedagem do mundo não tem um apartamento, um hotel, que é o Airbnb. Aí, surge essa situação que eu acho que teve visibilidade na pandemia. Ela deu essa visibilidade aos entregadores, pois obviamente diminuíram muito as empresas no pós-pandemia, muito. Caiu o número de empresas. E, olhando para os trabalhadores, tem aqui uma situação que é inusitada, porque a gente olha para os trabalhadores e sabe que não são trabalhadores empregados, da forma como a gente imagina; eles não são CLT. Eles não têm nenhuma garantia se se acidentam, se vão poder encostar. Não têm tempo de serviço contando para se aposentar, se eles não tiverem garantia de estar pagando. Eles não têm férias, não têm 13º, não têm nada, como, digamos, um celetista tem. Eles também são autônomos? Também não são, porque eles não têm a autonomia de se gerir, pois eles estão ligados a uma empresa, no caso do exemplo da pizzaria, enfim. Então, traz essa situação. Em relação à lei proposta pelo nosso colega José Freitas, eu confesso que eu tenho alguma dúvida em relação a ela. Eu estou procurando estudá-la pelo seguinte: ali se aplica multa para o condomínio que não exercer essa lei, mas quem vai fiscalizar isso? Não vai existir fiscalização.

SR. CARLOS PIRES: Não vai ser a EPTC.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Exatamente. Quem vai fiscalizar isso hoje?

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Então, uma lei que eu não vejo muito...

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Está certo. Também acho isso. Também acho. Ou seja, uma lei que me parece um pouco inócua, pois obriga o condomínio a fixar... Tu estás obrigando o condomínio. Eu sugiro aqui, Ver. Adeli, que nós, além do Sindha, que eu acho que é importante, eu acho que temos que conversar com a Abrasel, dos restaurantes e tal. Temos que conversar com o Secovi, que é dos condomínios, porque implica também os regimentos internos dos condomínios. Então, o Secovi deve ser convidado também – o Secovi, a Abrasel e o Sindha, que são quem está também para autorização, aplicação dessa lei. A minha maior preocupação trazida ao debate é um pouco sobre essa pressão que os motociclistas recebem. É a pressão dita aqui do dono do restaurante ou da empresa para quem tu vais fazer a entrega; é a pressão do consumidor; é a pressão da sociedade; é a pressão por vezes da EPTC, por vezes da guarda. Trabalha sob pressão o tempo todo! E a minha preocupação, gente, para além dos acidentes, que é uma coisa mais visível, é para aquilo que é invisível, que é a saúde mental desses trabalhadores, porque há uma pressão muito grande de todo lado. Trabalham uma carga horária maior, recebem menos e recebem toda essa pressão. A saúde mental de vocês me preocupa muito, muito, por conta dessa pressão. Então, eu acho que é um debate; eu quero saudar, inclusive, o GT que foi criado nacionalmente para discutir o trabalho por aplicativo. Eu acho que isso é bom e pode nos dar alguns indicativos interessantes. Acho que quando tu trazes essa questão, Valter, da gorjeta, eu quero relatar aqui uma experiência que me foi muito positiva: eu fui presidente de um sindicato de hotéis, bares restaurantes, turismo, enfim, portanto, nós tínhamos muitos garçons, e nós estabelecemos esse debate acertado com as empresas, o debate da gorjeta; fizemos um sistema de pontos na gorjeta, que, olha, tinha muito trabalhador que ganhava mais na gorjeta do que no seu próprio salário fixo. Então é um debate interessante. Tem países em que essa gorjeta já é instituída por lei – inclusive, eles chamam lá da propina, que não é o nosso caso aqui, porque propina é outra coisa para nós. Então a gorjeta de verdade acho que é um debate que a própria Abrasel e o Sindha podem nos ajudar a identificar uma forma de estabelecer essa questão da gorjeta de forma fixa, em

que os 10% cobrados sejam os 10% repassados, porque o desgaste da moto, o combustível, tudo é por conta do trabalhador, então é justo que ele receba integralmente. Nós instituímos a gorjeta para ficar lá como é o valor da tele-entrega, parte ficar com o empresário... Então eu quero dizer que eu estudo isso, eu ouço muito vocês e eu aprendo sobre essa realidade; mas eu acho que, juntos, nós podemos buscar soluções exequíveis para essa situação. Eu acho que a gente tem condições de aplicar, e não nós criamos leis que, daqui um pouco, serão inócuas. Então meus cumprimentos aqui; eu solicitei – eu não sou desta comissão, mas eu solicitei – que esta comissão promovesse esta reunião exatamente para que a gente pudesse aqui construir juntos, construir alternativas que deem condições dignas para esses trabalhadores. É isso, muito obrigada. Meu mandato sempre à disposição.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Eu que agradeço, Biga. Eu até não sabia dessa questão, porque você sabe que eu estou há 40 dias de volta. Agradeço muito, mas eu acho que essas sugestões já estão aqui anotadas, acho que vai ter continuidade. O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Bom dia a todos. Desculpem, eu me atrasei um pouco, mas eu estava acompanhando esse projeto, não sei se mudou ainda, se tem alguma emenda, mas eu lembro que estava escrito no projeto original “proíbe a entrada de motobóis para fazer a entrega em condomínios”, mais ou menos isso. (Pausa.) Mas nunca foi obrigado, esse é o problema. Eu sou contra o projeto, falei para ti, aquela vez que tu me filmaste sem eu saber, quando eu estava sendo entrevistado por ti. Sou contra o projeto, porque... Vamos dar exemplos práticos: proíbe ou desobriga, mas daí tem o cadeirante que não pode descer, tem a idosa que não consegue sair de casa, então a gente vai estar criando um problema em cima de uma busca de uma solução. O que eu pensei em cima daquilo que tem com relação ao problema de vocês, porque é um problema, e eu sei porque eu sou servidor público, trabalho no Judiciário – agora estou numa outra função –, vocês talvez já tenham me

visto; às vezes, eu fico aqui no raio x do Tribunal. Às vezes, o motobói quer entrar, e a segurança fica enchendo o saco: “tem que tirar isso, tem que tirar aquilo, tem que fazer não sei o quê”. É óbvio que é um problema. E o que eu acho que é a solução? Hoje se paga a taxa de entrega, *ok*, mas não se paga uma taxa de conveniência, e eu acho que o ideal seria cobrar uma taxa de conveniência: “oh, meu, vou te pagar para tu trazeres na frente do meu prédio”, “ah, mas para entrar lá em cima, dar três voltas, meia lua para trás, subir 15 andares, caminhar cinco não sei o que e tal...”, cara, cobra então uma taxa de conveniência. Tem a taxa de entrega mais a taxa de conveniência, e, no aplicativo, o motobói aceita ou desaceita: “não, eu não faço entrega lá dentro”, “eu não quero deixar a minha moto na rua”, “eu não aceito entregas sem taxa de conveniência”, “eu aceito entregas com taxa de conveniência”, “não me importo de deixar a minha moto na rua e faço a entrega nesse sentido”. Então eu acho que isso é muito mais justo para vocês. Como fazer isso? Eu acho que essa é outra discussão, porque temos que nos reunir com as empresas. Eu não sei se tem Uber ainda, mas eu sei que tem 99. A gente tem que pensar como fazer, mas seria a minha sugestão. Então o que eu diria é: voto contra proibir ou, em um termo mais suave, desobrigar, porque, na prática é como se fosse a mesma coisa; embora eu ache que nunca tenha sido obrigado, mas, enfim... Eu gostaria de construir algo no sentido de cobrar uma taxa de conveniência a ser paga para um motobói para ele aceitar uma entrega além do que foi pré-contratado, que é entrega na frente do prédio. Essa é a minha sugestão, só para colocar aqui minha contribuição. Por isso, caso eu vote contrário, eu vou estar contra por causa disso. Não sei se já fiz a emenda, pedi para o meu jurídico fazer, algo no sentido de colocar mais uma taxa de conveniência para que o motobói aceite ou não, e ele seja remunerado pelo serviço a mais que ele está tendo. Esse é um aspecto.

Eu queria falar sobre as falas da EPTC, do transporte, porque eu acho que é importante vocês saberem. (Pausa.) Com relação à questão da Área Azul para moto, modéstia à parte, não sei se já estava sendo discutido isso com a EPTC antes, mas a ideia foi minha, entre aspas. Talvez já tivesse sido discutido antes

e tal, mas eu enchi o saco do Ramires, que era o então presidente da EPTC, para fazer. Enchi o saco, só que, na minha opinião, a EPTC foi desonesta. Por quê? Qual era a ideia, qual era o contexto? Dois ou três aspectos, mas vou contar a historinha triste antes, daí vocês vão entender o que eu quero dizer. Como era a Área Azul antes? Era carnaval na zona, não tinha regra. Às vezes, tu eras cobrado; às vezes, tu não eras cobrado, e daí foi feita uma regra para alterar de modo que ficasse mais efetiva a cobrança. Teoricamente, deu-se 15 minutos de isenção ou 10 minutos de isenção para os carros. Daí, eu fiz a audiência na CUTHAB, porque eu era o presidente da CUTHAB, para falar sobre isso. *Show de bola*, porque em Viamão eu tinha feito uma lei em que eu dava 15 minutos de isenção. Quando eu fiz a entrevista para o secretário que estava aqui falando, e que na época era o Ramires, eu perguntei: “Vai ter 15 minutos de isenção?”. “Sim, vai ter 15 minutos para regularização”. Vai ter 15 minutos de isenção. No momento em que o cara botou o papelzinho lá, ele vai ter 15 minutos para regularizar. Eu: “Então, vão ser 15 minutos isentos?”. “Sim, vai ter 15 minutos para fazer a regularização”. Eu: “Bah, *show de bola*”. É igual Viamão. Eu chego lá, coloco meu carro; se, em menos de 15 minutos, eu voltar, eu não vou ser multado. É isso aí, *show de bola*. Fomentou o estacionamento rotativo, porque a ideia do projeto era fomentar o estacionamento rotativo. Eu fiz todas as perguntas certas, e ele respondeu certo a todas as perguntas, só que eu fiz perguntas em um sentido, e ele respondeu às perguntas em outro sentido. Até eu fui olhar a ata depois para ver se ele tinha mentido ou não, mas ele não mentiu, só não respondeu ao que eu perguntei. Por que como é que ficou agora a Área Azul em Porto Alegre? Vamos fingir que eu estacionei meu carro aqui. Está lá, não foi fiscalizado, não existiu nenhuma autuação, nada. No instante em que o fiscal chega lá e passa: “Olha, 15 minutos para regularização”, tu já estás multado, e não foi o que eu tinha entendido do que a EPTC tinha dito, mas tu já estás multado. Tu tens 15 minutos para ir no negocinho e colocar o dinheiro. Se tu não colocares o dinheiro em 15 minutos, tu tens 2 horas para regularizar, mas tu já estás sendo autuado de maneira administrativa. Se tu não fores naquelas 2 horas, daqui 48 horas vira multa, e problema teu – eu ia falar outra palavra. Na

minha opinião, não tem 15 minutos de isenção, tem 15 minutos para tu ires pagar. Então, não é isenção; pelo menos, fala a palavra certa. São 15 minutos para não ser multado. Beleza. Eu até fiz um projeto de lei para dar no mínimo 2 horas. Já que vou ficar, já que eu vou ser multado, então me dá o tempo de regularização, o tempo que eu vou ficar na vaga, porque pelo menos eu não vou ser multado, não vou ter a taxa de conveniência em que tu pagas R\$ 40, R\$ 50 para poder... Então, esse é um aspecto. Achei injusto.

Daí a pergunta que eu ia fazer para a EPTC, porque, nessa lei, eu queria colocar a minha emenda, mas não deixaram. Acharam que é ruim e tal, e que a base não ia dar acordo. Mas eu pedi: “Então, bota as motos no estacionamento rotativo”, porque a cidade toda está cheia de estacionamento rotativo, Área Azul, e o cara quer fazer uma entrega. Ele quer chegar lá na frente do comércio onde ele tem que fazer a entrega, fazer a entrega e, em 5 ou 10 minutos, voltar. E daí falaram: “Vai ter Área Azul para moto”. *Show de bola*. E eu fiz vídeo na minha campanha de deputado falando que nós tínhamos conseguido, que a EPTC ia deixar que os motobóis pudessem estacionar na Área Azul mesmo que fosse pagando, com tempo de isenção. Daí são duas perguntas: o tempo de isenção da moto vai ser como esse do carro, que é *fake*, porque, se o cara for visto, ele vai ter que pagar e, na prática, ser taxado ou multado? É uma pergunta válida. Essa isenção vai ser a isenção de verdade ou vai ser a isenção *fake* dos carros? Na minha opinião, a isenção dos carros é *fake*. Essa é uma pergunta. A outra pergunta, que quando se deu a entender, e era minha intenção, e o que foi dito pela EPTC na reunião da CUTHAB, era que: moto vai poder estacionar na faixa azul, na área azul. O que nós solicitamos é moto vai poder estacionar em qualquer parte da área azul, porque, como tem área azul ali e vai ter uma vaguinha, vai ser mais fácil para o cara poder estacionar e fazer a entrega dele rapidinho. E o que que ficou na prática? Ah, só naquelas demarcadas para moto; aí só tinha duas, e daí uma das duas que eu vi, era uma que já era gratuita e passou a ser azul. Então em vez de melhorar, piorou, porque daí passou a cobrar. Não foi isso? Então, se é pra botar área azul, porque a área azul agora vai ser muito bom para moto e não sei o quê... Transformar área que já era

estacionamento de moto gratuito para passar a ser pago, eu não vejo vantagem, eu vejo que vocês estão enrolando os motobóis. Para mim tinha que ser área azul qualquer lugar, mesmo cobrando, naquela que não é para moto. Então em qualquer lugar pode ser pagando, por exemplo, se eu tenho uma moto grande uma *Harley*, eu quero ficar olhando a minha moto, eu quero, na frente de um restaurante ver a minha moto; tem que botar lá na outra da moto, que não sei, na outra quadra, e quando vê levantarem a minha moto... Eu não sei. Então, são dúvidas que eu acho que... Acho que vocês têm boa intenção de fazer as coisas dar certo, e ficar bom, mas o decisor que tomou a decisão, não sei se era pra arrecadar ou para impressionar, tomou a decisão que, na prática, na minha opinião, foi ruim para os guris. Então eu acho que tinha que ser área azul em qualquer lugar, e gratuito de verdade por 30 minutos, e não essa gravidade *fake*. Alguns aspectos eu queria colocar.

Enfim, só falar que eu estou ao lado de vocês, algumas coisas eu fiz aqui para tentar melhorar para os guris, por exemplo, não quiseram aprovar o mototáxi - é uma luta do Sindicato, não quiseram, a Prefeitura não quis, está se fazendo e tal. Daí eu fiz duas leis que estão tramitando para tentar dar o sambarilove dos guris; um é o seguinte: tentar regulamentar, porque basta um decreto, basta o prefeito fazer assim: pum, está autorizado, eu autorizo - é só isso. Como o prefeito não quer fazer por que falta o parecer da EPTC, a gente está tentando fazer uma lei para falar "está autorizado" por que se é só um papel, a gente tenta fazer o melhor, é um aspecto que estou tentando, é difícil. Mas tem uma outra que até tem um vídeo meu que viralizou no grupo de vocês que é: mototáxi é o regulamentado, o autorizado, com permissão, com plaquinha da Prefeitura e não sei o quê. E na minha opinião, vocês podem usar, quem faz moto por aplicativo, um argumento que a Uber usava, que era: não, não é táxi, é transporte por aplicativo. Quando os caras forem multar vocês: não, não é táxi, é transporte por aplicativo. E daí, eu fiz uma outra lei que está tramitando que é tentar enquadrar nos veículos que se pode fazer transporte por aplicativo, moto. E daí, digo a vocês que o problema de vocês é com a plataforma, não com a cidade. Só para trazer para vocês aqui, eu tenho um amigo, às vezes meio truculento, às vezes

não entendido, mas a ideia é tentar ajudar. Então eu queria que a EPTC se pudesse responder se a isenção vai ser isenção de verdade ou vai ser a isenção *fake* dos carros e se dá para colocar a moto em toda área azul ou se vai colocar só nos locais que eles determinarem. Obrigado, valeu.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Pessoal, já está passando um pouco das 11h, um bom debate, não vamos concluir tudo aqui hoje, evidentemente, mas a bem da verdade é que nós temos alguns problemas a serem enfrentados. Não é tão simples uma legislação, em nível local, determinar isso ou aquilo, nós temos um Código Civil no Brasil, o que rege muitas das nossas relações, inclusive as relações de comércio, é o Código Civil. Eu acho que a Abigail colocou bem a questão de você ter uma reunião de fato de composição, Cecob, Agademi, o pessoal dos restaurantes tem o Sindha, tem a Abrasel que são duas entidades importantes. Enfim, nós temos que fazer uma conversa com todas as partes. O Carlos, inclusive me falou, nós temos que chamar a antiga SMIC – na minha cabeça é SMIC, SMDET, não... Tudo bem, é SMIC, vamos chamar o pessoal para ter uma conversa aqui. O projeto Freitas está aqui desde o dia 03 de maio de 23, não é tanto tempo assim, o Jessé agora mencionou acho que duas proposições da parte dele. Nós estamos chegando ao final do ano, acho que nesse ano teríamos condições de fazer uma reunião bem articulada na véspera do Natal, mas eu acho que nós podemos ter um compromisso, eu pelo menos sei que fico nessa Comissão, de combinar, a Abigail fez o pedido, o Jessé eu vi que está bastante antenado com a questão, um compromisso entre nós de que, no início de fevereiro, a gente volte com tudo. Depois vou chamar o Ver. Freitas, vou dar um relato para ele, já que ele é o autor deste projeto, tem uma emenda do Ver. Alvoni, enfim. Tem pessoas aqui que tem conhecimento, mesmo a minha assessoria, está aqui o Francisco que, inclusive, foi diretor da SMOV, sabe como é que se circula pela cidade. Então nós podemos tratar desta questão. Eu proporia que agora, já que não será definitivo, não tem como decidir coisas aqui às vezes porque nós temos uma questão de legislação estadual. Eu daria mais 2 a 3 minutos aqui para Mesa para fazer novas colocações, a gente vai anotando

e já com o compromisso de, em fevereiro, nós retomarmos esta questão. Aqui temos representação de outros vereadores que também estão interessados no assunto, de vereadores que não estão nesta comissão, então é um assunto que me parece mais amplo na cidade. E tem a questão dos aplicativos, porque os aplicativos têm um regramento privado e nem sempre é um regramento legal e, às vezes, nós estamos vendo que o pessoal que opera via aplicativos tem uma expectativa que o poder público responda a todos problemas. Não, nós temos que fazer um enfrentamento com os aplicativos, pelo que eu sei tem um GT em nível nacional que está tratando da questão dos aplicativos. Vamos ser bem claros, numa linguagem de gaúcho, tem que chingar os aplicativos, eles não podem fazer certas coisas porque eles não podem determinar normas, eles podem ter algo interno, um regramento interno, mas norma neste País quem determina é o poder público, ponto. O Ministério do Trabalho chamou para si esta questão.

SR. LUCAS POMAROLLA: Bom dia a todos. Sou motobói há 20 anos, atuo na cidade de Porto Alegre, estou aqui representando a categoria e passar um pouco da nossa realidade nas ruas. Em primeiro lugar, para não perder o fio da meada, o que vereador colocou sobre as vagas, acho muito válido, mas eu acredito que a gente teria que botar alguma coisa referente à carga e descarga e que seja para trabalhadores, senão qualquer pessoa vai largar ali. Acho muito válido e de uma maneira que seja gratuita para o motobói visando que é uma ferramenta para agilização, isso vai até melhorar o fluxo na cidade. Acredito que o pessoal já tenha um projeto quanto a isso seria só ajeitar essa questão. Como a Ver.^a Abigail colocou, a categoria está hoje nesta campanha de que motobói não é garçom não porque a gente não quer subir, não porque a gente é vagabundo, não porque a gente não quer trabalhar, é porque a gente quer botar para o cliente onde é que acaba a nossa obrigação. Todos nós somos coerentes, óbvio, só que a gente também não é adivinho, tem como saber quem é cadeirante ou quem não, eu duvido que algum colega meu se negue a subir sendo que tem alguma pessoa com deficiência ou não, acredito que seria só colocar essa situação. O

que tem ocorrido, vocês podem ver da Guarda Municipal e da EPTC, e o que gente tem visto na mídia de brigas, trabalhadores apanhando porque os clientes acham que têm o direito de subir ou não, e os aplicativos e restaurantes não colocam para eles onde termina o nosso trabalho. Todo mundo que mora em casa, em condomínios, recebe na porta da casa, só que nosso trabalho hoje se resume a tempo de trabalho, 10 minutos é um tempo de uma entrega a mais. A gente tem perdido muito tempo em condomínios para entrar, têm condomínios que a gente tem que deixar nosso veículo de trabalho fora à mercê de bandidos do jeito que está a marginalização hoje na capital e adentrar de a pé, perdendo 15, 20 minutos, ou seja, isso reflete diretamente no financeiro do dia a dia de cada trabalhador, de cada pai de família que sai de casa. Eu acho que isso vai refletir também no trânsito, no fluxo seguro, porque o cara que perde 20 minutos num condomínio hoje vai querer descontar na moto, vai querer correr no dia a dia dele para fazer fluir. Acredito que não se trata da situação de a gente não subir ou não, só de a gente mostrar para o cliente onde termina a obrigatoriedade do motobói para acabar com aquela discussão de que se tem que subir, já que é o nosso trabalho. A gente é pai de família, muitos motobóis trabalham em duas cargas horárias, durante o dia e à noite, para buscar o sustento para família, nos finais de semana e feriados a gente deixa de estar com a família para estar trabalhando. Na pandemia se mostrou a nossa eficiência, o quanto a gente é importante para cidade, estávamos ao lado dos policiais, dos médicos, então, acredito que, assim como eles, a gente merece respeito. E acredito que é só essa questão que a gente tem que resolver mesmo, só demonstrar para o cliente onde que acaba. A questão de gorjeta, eu não sei se seria válida, certo? A gente teria que verificar, porque para mim quem ganha gorjeta é garçom. Acho que não estaríamos acabando com essa discussão e, sim, criando algum embate. Por quê? Porque o nosso valor hoje não é tratado diretamente pelos motobóis; a categoria hoje está na mão, à mercê das empresas que têm mostrado tanto descaso que não estão aqui hoje representando elas. Acredito que nós teríamos que chamar as empresas, restaurantes e bares para esse debate também, porque eles que taxam nossos valores. E se nós colocarmos algum valor tipo

gorjeta vai cair na mão deles e não vai cair na mão do trabalhador. Hoje, eu trabalho e o meu valor é imposto pelos bares e restaurantes que muitas vezes cobram R\$ 10,00 do cliente e repassam R\$ 5,00. E eu não posso fazer nada, porque, infelizmente, são eles que dominam nossos valores e nos dizem o que temos que fazer. Então, eu só quero que pensem na categoria, nos pais de família que estão de dia até à noite trabalhando e que passam por diversos insultos. Somos humilhados na rua, e a gente só não quer ser mais humilhado por um cliente na porta do condomínio dele, porque ele quer que a gente suba e aquilo vai influenciar diretamente no nosso salário. Saímos para a rua para ganhar dinheiro e para voltar para casa com dignidade e não para ser insultado e apanhar nas ruas. Certo?

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Obrigado, Lucas, colocou bem essa questão do processo de humilhação. A Câmara Municipal segue um regramento que é a Constituição Federal, e o principal ponto da Constituição Federal é a dignidade da pessoa humana. Nós temos que partir desse pressuposto, não dá, de fato... Só que a gente sabe que não é uma lei que vai determinar que algum maluco continue fazendo o que faz; o que já tem em vigor é o Código Penal. Nós temos que fazer, inclusive incentivar que qualquer afronta à dignidade da pessoa humana tenha a devida condenação legal. Eu acho que fazer boletim de ocorrência, eu sei que a gente gasta tempo, eu sei o que é um pai de família ter que buscar o leite, o pão para os seus filhos, então, acho que você colocou bem essa questão. Nós não temos que arrumar mais problemas para nós; temos que arrumar soluções. Quem mais queria falar? Então, o nosso presidente do Sindimoto, o Valter Ferreira. Eu já justifiquei antes que o Freitas, autor do projeto, está numa outra reunião, mas a assessoria dele está aqui se depois quiser falar alguma coisa. Obrigado.

SR. VALTER FERREIRA DA SILVA: Vereador e demais, agradeço aos vereadores pelas suas falas. Eu acho que contribui bastante no enriquecimento da construção de uma via segura e viável para todos. Só para informar aos

senhores que, no Congresso Nacional, nós temos cerca de 123 projetos que tramitam e tratam da mobilidade em transporte de cargas, motos e bicicletas, em especial, o 447/2023 que trata das agressões que nós sofremos tanto verbal, física, patrimonial e vai por aí afora. Falei isso só para informá-los que a gente vem participando de tudo isso, não é fácil, mas a gente vem participando na medida do possível, eu, o Dr. Felipe, agora os novos colegas que estão chegando como delegado sindical, a gente tem conseguido dividir o serviço. Mas eu creio que todos aqui já moraram ou moram em condomínio, e onde eu resido não é diferente, todo condomínio reserva uma vaga que não é de ninguém para que outros veículos de pequeno e médio porte entrem, estacionem naquela vaga dentro do condomínio, para que ele possa exercer a responsabilidade e o trabalho dele. Seria de suma importância trazer para a mesa a Brasel ou outras instituições que representam a categoria para essa discussão dessa celeuma toda com o porteiro, porque ele tem a obrigação de fiscalizar, está sendo pago para isso, é outro trabalhador que acaba gerando um conflito, porque ele também tem que cumprir a obrigação dele. Então, que as instituições liberem essas vagas para o motociclista adentrar frente a cada condomínio. Geralmente, elas são existentes, eu não sei os mais antigos, mas com certeza existem as vagas, para que ele possa parar ali, fazer o seu trabalho, voltar, pegar o veículo dele e sair. Não precisa criar uma vaga exclusiva para nós; elas já existem dentro dos condomínios. É só liberar, mas para isso a gente tem que ter uma coisa importante, Carlos, Porto Alegre tem que fazer o que o Ver. Sangalli falou, já existe o decreto dos motofretistas; tem que existir dos mototaxistas. É segurança! Perfeitamente. A Lei nº 12.009 tem que entrar em ação, temos que saber quem são os profissionais, temos que saber que aquele profissional que está indo lá no condomínio não é um profissional que está entrando lá e que depois sai daquela vaga empinando, que aquela descarga que acorda todo condomínio tem que ser realmente profissional. Eu defendo profissional. Para concluir, vereador, na nossa categoria hoje existem 23% que não tem CNH. Estimativa do iFood e nossa também, em torno de 15% a 20% usa a conta alugada, emprestada, uma pessoa abre a conta no iFood e o outro usa, aí esse

outro faz e acontece que essa conta, e esse guarda-chuva de prejuízo cai na nossa categoria. Então a Lei nº 12.009 e as suas resoluções vão purificar isso daí. Quem é profissional, como eu sou e os que estão aqui também são, vai ser valorizado. Se isso não for feito, a gente vai viver no prejuízo. Então eu peço, a gente tem feito reuniões, até vou furar aqui a fala do diretor da EPTC ali, está vindo aí uma resolução que nós negociamos em que os motociclistas terão até junho para fazer o curso, se legalizar. O Sindimoto está buscando junto às instituições doação de coletes, até de toquinha descartável para proteger. A gente está distribuindo no Sindimoto tudo isso gratuitamente. Não é que o Sindimoto tenha dinheiro, não, a gente ganha, a gente busca. Na administração bem antepassada nós conseguimos a doação de mil cursos. Então a EPTC, em breve, com certeza, estará chamando todo o Detran, que tem que ser parte envolvida, a própria EPTC, o Sest Senat, os CFCs para poder treinar esse pessoal, colocar na rua e todo mundo um passar pelo outro e dizer: aquele lá é o Valter, aquele lá é o Emerson, etc., identificados. Porque hoje na rua a gente não sabe quem é e quem não é profissional, e o que é pior, se a nossa entrega é de R\$10,00 e a gente está cobrando R\$10,00, vai o Sangalli lá ou outro motociclista que está começando e cobra R\$ 4,00. Aí me quebra pelas pernas. Então são essas as regras que a gente tem que instituir e que nós entendemos que vão ser viáveis. Agora, podemos errar? Podemos, ninguém é perfeito. E se errar, a gente tem que ter a capacidade de entender, fazer o que a gente está fazendo aqui, voltar na mesa, rediscutir e começar a reconstrução. Essa é a nossa caminhada de debate e de entendimento e respeito ao próximo.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Obrigado, Valter.

SR. CIRILO FAÉ: Vamos responder, Ver. Jessé, uma das perguntas, depois o colega diretor tem a resposta para a outra. A respeito da questão da Área Azul destinada a motofretistas, foi o que o Lucas comentou, é destinada especificamente para motofrete e ele tem que estacionar em vagas específicas, porque existe todo um regramento e existe a sinalização vertical que diz ali que

é para motofrete. Então, para ele ter isenção, isso já está - gostaria que todos soubessem - publicado no Decreto nº 21.714 de 31 de outubro de 2022, já está vigorando há mais de um ano, em que o motofretista tem 30 minutos de isenção. Está no artigo 13, nos incisos V e VI, alínea *a* e *b*. Ele tem 30 minutos de isenção, isso já está vigorando nos locais aonde tem especificamente a Área Azul destinada para motofrete. Passou de 30 minutos, ele paga 50% do valor. É o que está especificado aqui também. Nós estamos avançando justamente nisso, esse decreto é recente, é novo, existem vários pontos de Área Azul na cidade. Nós iniciaremos, a princípio, porque já tem toda uma especificação técnica, para você colocar as Áreas Azuis. Então, aguardando já o Sindicato também e a patronal, eles vão nos trazer quais os locais indicativos que eles entendem, na cidade, para que a gente amplie essas vagas para motofrete.

SR. CARLOS PIRES: Justamente porque existe uma sinalização específica do box específico para motofrete e, quando a gente diz motofrete, aí vem toda a regulamentação, muito rapidamente, vereador...

SR. CIRILO FAÉ: Não é motociclista particular.

SR. CARLOS PIRES: A legislação da Área Azul é específica, ela tem lei para isso, e nós estamos fazendo justamente, atendendo a um pedido dos sindicatos para que a gente libere vagas especificamente para motofrete, e isso inclui custos e, fatalmente, ali adiante, a placa vermelha dessa moto vai ter que estar exatamente nessa vaga que é para privilegiar quem está trabalhando com motofrete. Então especificamente para motofrete. Não é liberar Área Azul para qualquer moto em qualquer lugar, são vagas específicas que nós estamos acertando com os dois sindicatos qual o melhor local e qual a melhor via que a gente possa incentivar o motofretista a ter a vaga, como o próprio Lucas pediu que fosse especificamente para motofrete.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. CARLOS PIRES: Eu respeito a tua opinião, só que a gente tem um limite...

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Se quiser falar no microfone, vereador, colega, aí nós nos entendemos melhor.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): É que na minha opinião isso não resolve o problema dos motobóis, eles querem poder estacionar onde for necessário, as entregas não vão estar no planejamento da EPTC, as entregas vão acontecer na cidade, e como é uma entrega rápida...

SR. CARLOS PIRES: Vereador, quem vai indicar as áreas não somos nós, eles vão indicar a área.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Então, por favor, indiquem todas as Áreas Azuis da cidade. Pode ser?! Onde tem sinalização de Área Azul indiquem, está resolvido, porque daí todas as Áreas Azuis vão se tornar necessárias, porque esse é o problema. O que o senhor está pensando, eu não estou criticando o senhor, o senhor está defendendo a instituição. O senhor sabe onde vão acontecer todas as entregas na cidade?

SR. CARLOS PIRES: Eu não sei.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Ninguém sabe, ninguém sabe. A questão é: para ficar bom para eles, toda Área Azul tinha que ter essa possibilidade; ponto. É só uma sugestão, toda a Área Azul.

SR. CARLOS PIRES: Pode ser uma saída...

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): E economiza o custo de sinalização, porque já está sinalizado, tudo está autorizado, por decreto...

SR. CARLOS PIRES: Vereador, quem vai nos indicar o local de maior uso da vaga são os próprios...

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Pessoal, é isso. Nós vamos então concluir essa reunião hoje sem coibir que esse debate flua, nós estamos aqui com assessoria do Freitas, já pode transmitir a ele que na primeira semana de fevereiro ou no máximo na segunda, para não ficar *ad aeternum*, um projeto, verificar as questões legais que foram apontadas aqui, se vai ter um substitutivo, se outros vereadores vão querer colaborar, porque eu acho que a grande legislação se constrói com paciência, com amadurecimento e uma compatibilização de interesses. Então já estão anotados aqui os pedidos para outras instituições. Então queria agradecer, antes de mais nada, a presença de vocês aqui, que são os operadores de motos, a cooperativa, vocês sabem que sempre tem que levar em conta que há uma diferença do autônomo com o dos aplicativos, que é uma peleia mais ampla, mais complexa, o Valter é catedrático nisso; agradecer principalmente a EPTC e a Guarda Municipal, vamos convocar a secretaria do desenvolvimento também para a próxima reunião, e uma saudação especial para o final de ano para todas as equipes da Guarda Municipal, da EPTC, que tem tarefas tão importantes e tão complexas; agradecer também a vocês, e transmitam às direções do sindicato, da cooperativa, à categoria, saudações e um Feliz Natal aqui da Câmara Municipal de Porto Alegre a todos vocês. Bom dia a todos e obrigado pela presença. Temos reunião com pauta na última reunião do ano? Depois gente acerta isso. Obrigado Shin, e obrigado à equipe aqui da CUTHAB, gurias, obrigado. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h22min.)